

## O SILENCIAMENTO DAS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA BNC-FORMAÇÃO

### *Eixo Temático 16 – Gênero e Profissionalização Docente: Desafios do Tempo*

#### *Presente*

Vinícius de Oliveira Silva <sup>1</sup>  
Andréa Cristina Martelli <sup>2</sup>

#### RESUMO

Diante de tantos casos de preconceito e violência relacionados ao gênero e à sexualidade, a formação docente sobre essas temáticas é inadiável, haja vista que pela Educação Sexual, crianças e adolescentes podem ampliar conhecimentos a respeito do corpo, do gênero, da sexualidade e das produções socioculturais sobre o feminino e masculino, desenvolvendo autonomia e criticidade na compreensão das relações sociais. Assim, analisamos como/se a Base Nacional Comum de Formação de Professores da Educação Básica aborda essas temáticas. Constatamos que o documento se resume ao domínio de competências, não contemplando a discussão de gênero e de sexualidade, revelando que o momento exige a luta em defesa de mudanças educacionais, principalmente na formação de professores/as.

**Palavras-chave:** Formação de professores. BNC-Formação. Gênero. Sexualidade.

#### INTRODUÇÃO

Podemos entender a Educação Sexual, como o trabalho (in)formativo voltado à promoção do conhecimento e à problematização de conceitos envolvendo o gênero e a sexualidade humana. No que tange à realização deste trabalho no ambiente escolar, cabe ao professor ou professora criar possibilidades de discussão e estratégias que permitam ao/a aluno/a o conhecimento objetivo e sistematizado de conceitos que se relacionem as temáticas de gênero e sexualidade, como a percepção sobre o corpo e as atribuições socioculturais sobre o feminino e o masculino.

Além de contribuir para a construção da identidade de cada aluno/a, ao trabalhar esses conceitos em sala de aula, voltamo-nos à construção de uma reflexão crítica sobre as práticas sociais, para a formação de um cidadão ou cidadã que rompa com as diferentes formas de violência e opressão.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste – PR, [viniciusdeoliveirasilva14@outlook.com.br](mailto:viniciusdeoliveirasilva14@outlook.com.br);

<sup>2</sup> Professora orientadora: Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Unicamp - SP, [andremartelli72@hotmail.com](mailto:andremartelli72@hotmail.com);

Para que esse trabalho se efetive, são necessárias políticas educacionais para a formação de professores/as, a fim de estabelecer a relação entre a teoria e a prática, por meio do estudo de produções acadêmicas que abordam essas temáticas e da troca de experiências relacionadas à aplicação desses conhecimentos em sala de aula.

Contudo, vivemos um momento de intensa oposição de movimentos políticos conservadores que refreiam a luta por uma educação mais inclusiva, reflexiva e humanizada, a partir de discursivos e projetos de lei, como o Escola Sem Partido e a “Ideologia de Gênero”, comprometendo as conquistas realizadas na educação e na área dos direitos humanos, sobretudo dos grupos historicamente excluídos, como mulheres, negros, homossexuais e transexuais.

Desse modo, objetivamos analisar como/se as temáticas de gênero e sexualidade são abordadas na Base Nacional Comum de Formação de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Além disso, abordaremos alguns conceitos relacionados ao gênero e sexualidade, na tentativa de significar a discussão dessas temáticas no processo formativo de professores e professoras.

Este trabalho resulta de uma abordagem qualitativa e de uma pesquisa bibliográfica realizada durante toda a sua elaboração, fornecendo sustentação teórica na compreensão do assunto e construção de hipóteses. Realizamos uma pesquisa documental para entender como a BNC-Formação está organizada e com que outros documentos dialogam.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

O trabalho possui abordagem qualitativa e parte de uma pesquisa bibliográfica, pela qual objetivamos compreender como a BNC vem sendo discutida pela comunidade científica. Para isso, realizamos a busca em livros, artigos, anais de evento e outras publicações periódicas. Ou seja, trata-se do levantamento de estudos e informações disponíveis a respeito da temática, a fim de aproximar o/a autor/a de seu objeto de estudo e auxiliar na construção de hipóteses de interpretação e/ou intervenção do problema.

Além disso, realizamos uma pesquisa documental em documentos que orientam as políticas educacionais, com foco para a BNC, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada de professores na Educação Básica, por meio das resoluções CNE/CP nº 2, de 20 dezembro de 2019 (BNC-Formação) e CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020 (BNC-Formação Continuada). Este tipo de pesquisa possibilita o tratamento de fontes com pouco ou nenhum tratamento analítico, embora possa revelar, além



## VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional  
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação  
em Sexualidade, Gênero,  
Saúde e Sustentabilidade

dos acontecimentos históricos, as intenções e interpretações dos/as autores/as deste documento (RUCKSTADTER, F.; RUCKSTADTER, V., 2011). No caso da BNC, refletir a concepção e educação e as expectativas que se tem de professoras e professores com relação à formação e trabalho docente.

A pesquisa é também explicativa ao se propor analisar como os conceitos de gênero e sexualidade (fenômenos) estão contemplados nos documentos que orientam a educação e as políticas educacionais (contexto) e que inferências ou sentidos são produzidos a partir dessa análise, conferindo a validação das hipóteses levantadas ou provocando a indagação e formulação de outras.

Nesse sentido, utilizamo-nos de mecanismos de buscas para facilitar a filtragem de termos relacionados às temáticas de gênero e sexualidade nas resoluções da BNC (2019 e 2020), versão integral disponibilizada pelo Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. Tivemos por palavras-chave: gênero, sexualidade, homem, mulher, feminino, masculino, papéis sociais, educação sexual, orientação sexual.

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Quer reconhecamos ou não, as relações de gênero são também relações de poder e estão presentes nas mais diversas situações que vivenciamos, seja na forma de se comportar, vestir, falar ou agir, até mesmo as nossas escolhas profissionais podem ser permeadas pelas relações de gênero. A escola, enquanto instância social, também verbera sobre as concepções de gênero e sexualidade que histórica e socialmente constituem uma determinada sociedade (LOURO, 1988).

Junto a essas concepções, atravessam as diferenças de classe, etnia e crenças que não obstante possam ser a oportunidade para ver o mundo a partir da diversidade de pessoas, ideias, vivências e culturas, são também razão pela qual muitos alunos e alunas sofrem de preconceito, sexismo, violência e desigualdade. Dessa maneira, tem-se no trabalho docente uma tarefa ao mesmo tempo enriquecedora e delicada, pois, quando nos oportunizamos a conhecer essas temáticas, em especial, gênero e sexualidade, as quais são centrais neste trabalho, buscamos conhecer o outro e reconhecê-lo em toda a sua inteireza.

Aceitar este processo reflexivo sobre seus/suas alunos/as, implica do/a docente, compreender que a constituição de cada ser humano está atrelada, além das características essencialmente biológicas, a experiências nem sempre prazerosas, muitas vezes envolvendo o



## VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional  
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação  
em Sexualidade, Gênero,  
Saúde e Sustentabilidade

preconceito, o assédio, o abuso sexual e outras formas de violência que vão moldando, condicionando e traumatizando a forma de vivenciar o mundo.

Contudo, a interpretação dessas temáticas e até mesmo o trabalho com elas em sala de aula são dificultados por inúmeros motivos, como pelo receio dos/as responsáveis pela criança ou adolescente de que os valores passados por eles/elas sejam distorcidos pelo/a docente; ou pelo despreparo de professores e professoras para lidarem com temas sensíveis e que ainda são tabus na sociedade (FIGUEIRÓ, 2007).

Ao realizar a pesquisa documental, percebemos inicialmente, um avanço na inserção das temáticas gênero e sexualidade em políticas educacionais. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) respaldada na Constituição Federal de 1988, que defende uma educação voltada para a liberdade e com respeito à diversidade humana (BRASIL, 1996) e também nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que dispõem dos mesmos princípios, a partir do reconhecimento das diferenças de cada aluno/a e do desenvolvimento de sua autonomia (BRASIL, 1997). Além disso, os PCNs possibilitaram a discussão sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar, sendo abordada em forma de tema transversal.

Outra conquista do campo educacional, diz respeito a Resolução de nº 2, de 1º de julho de 2015, que definia as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) ao passo que também atendia aos anseios dos profissionais da educação, dos quais destacamos a articulação da formação inicial com a continuada e a preocupação com a abordagem das temáticas de gênero e sexualidade.

Infelizmente, essa Resolução sofreu postergações até ser revogada e substituída pela Resolução nº 02, de 20 de dezembro de 2019, que define as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica; e Resolução nº 01, de 27 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica, o que impediu a implementação e avaliação dos impactos das DCNs anteriores (Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015) no processo formativo das instituições de educação superior.

A BNC-Formação apresenta elementos preocupantes desde a elaboração da sua versão preliminar, a qual contou com seis autores que, de acordo com Farias (2019), têm sua trajetória marcada pela atuação na área da administração, educação à distância e no setor privado. Além disso, a falta de respaldo e menção a teóricos ou institutos brasileiros de pesquisa revelam a desvalorização da comunidade científica e dos estudos acadêmicos

realizados no país em detrimento da agenda global do capitalismo (BAZZO; SCHEIBE, 2019).

Com relação à discussão das temáticas de gênero e sexualidade pela BNC-Formação, ao realizarmos a busca nas resoluções, a partir das palavras-chave previamente definidas (gênero, sexualidade, homem, mulher, feminino, masculino, papéis sociais, educação sexual, orientação sexual), constatamos que para ambos os casos não há menção alguma para as palavras-chave utilizadas, com exceção do termo “gênero”. Esse termo aparece uma vez na resolução que trata da formação inicial de professores, para se referir à utilização de diferentes gêneros textuais em Língua Portuguesa (BRASIL, 2019, p. 07) e, teve também uma única incidência na resolução referente à formação continuada de professores, ao tratar das competências específicas e habilidades da dimensão da prática profissional – pedagógica: “2a.4.1 Promover o respeito e a participação de todos os alunos nas ações educativas, considerando a diversidade étnica, **de gênero**, cultural, religiosa e socioeconômica” (BRASIL, 2020, p. 12, **grifos nossos**).

O silenciamento dessas temáticas nas políticas educacionais para a formação de professores/as, revela um distanciamento dos conteúdos com relação à realidade das pessoas (XAVIER; OLIVEIRA; DIAS, 2021), haja vista que ao suprimir a abordagem das questões de gênero e sexualidade, por exemplo, desconsideram-se características essenciais na construção da identidade e autonomia de cada aluno/a.

Desse modo, insistimos na defesa de políticas de formação que possibilitem a discussão e problematização das estruturas e relações de poder, gênero, sexualidade, corpo, saúde e as representações sociais acerca do feminino e masculino, questões essas que influenciam o processo formativo tanto do/a docente quanto do/a discente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar as temáticas de gênero e sexualidade na escola demanda um trabalho árduo de conscientização e sensibilidade do/da professor/a com seus/suas alunos/as, ainda mais quando consideramos a disseminação de tantas informações envolvendo essas temáticas, incluindo as *fake news* sobre “Ideologia de gênero”.

Quando nos propomos a trabalhar com essas temáticas através da Educação Sexual, buscamos a mobilização de conhecimentos que permeiam as práticas pedagógicas e constituem cada ser humano, mas que muitas vezes deixam de ser problematizadas justamente pela falta de compreensão de como as relações de gênero e as noções sobre o corpo, a

sexualidade, o feminino e o masculino podem corroborar as desigualdades sociais, a discriminação, o preconceito e a violência.

Infelizmente, constatamos que a BNC-Formação não contempla essas temáticas em suas resoluções, reduzindo-se a um manual que enfatiza o domínio das competências gerais da BNCC e das competências específicas voltadas à prática. Porém, uma prática que não considera a diversidade sexual e a diferença como possibilidade de discussão é uma prática alheia às demandas sociais e que perpetua modelos excludentes sobre o gênero e a sexualidade.

## REFERÊNCIAS

BAZZO, V.; SCHEIBE, L. De volta para o futuro... retrocessos na atual política de formação docente. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 669-684, set./dez. 2019.

Disponível em:

< <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1038> > Acesso em: 30 Jul. 2022.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997, 126p.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), 2019. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category\\_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192) > Acesso em: 30 jul 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file> > Acesso em: 30 jul. 2022.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação Sexual: como ensinar no espaço da escola. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 7, n. 1, 2007.

LOURO, G. L. Sexualidade: lições da escola. In: MEYER, D. E. E (Org.). **Saúde e sexualidade na escola**. Porto Alegre: Mediação, 1998.



## VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional  
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação  
em Sexualidade, Gênero,  
Saúde e Sustentabilidade

RUCKSTADTER, F. M. M.; RUCKSTADTER, V. C. M. Pesquisa com fontes documentais: levantamento, seleção e análise. *In*: TOLEDO, C. A. A. de; GONZAGA, M. T. C (Org).

**Metodologia e Técnicas de Pesquisa nas Áreas de Ciências Humanas.** 21 ed. Maringá: Eduem, 2011, 277 p.